

## A CULTURA POLÍTICA DO ASSOCIATIVISMO: O *CLUB RIO CONTENSE*

Simone Ramos Marinho\*

### RESUMO

Este artigo, ao analisar o *Club Rio Contense*, “sociedade literária, recreativa e beneficente”, criada em Rio de Contas (BA), discute a sociabilidade como um canal de socialização da cultura política. Busca-se compreender esta associação como espaço de divulgação da cultura política nacional vigente, mas, também, de construção de uma específica, onde eram (re)afirmadas hierarquias e identidades político-sociais; ou seja, faz-se uma leitura dessa sociedade que entrecruza os conceitos e metodologias das novas Histórias Política e Cultural.

**PALAVRAS-CHAVE:** Sociabilidade, Cultura Política, associativismo, Rio de Contas.

### ABSTRACT

This article analyzes the “literary, recreational and charity society”, named Club Rio Contense, created in Rio de Contas (BA) discussing about the sociability as a channel of socialization of political culture. We aim at understanding this association as a space for advertisement of the present national political culture and yet for the constitution of a specific one, in which hierarchies and political and social identities were (re)affirmed. In others words, a reading this society that intersects the concepts and methodologies of the new Histories Political and Cultural is carried out in this article..

**KEYWORDS:** Sociability, Political Culture, associations, Rio de Contas.

### Introdução

Interpretado de variadas maneiras pelas Ciências Sociais, o associativismo está ligado, por assim dizer, ao impulso ou institucionalização da sociabilidade. Fundadas com fins específicos, as associações confirmam a constituição e/ou ampliação de uma

---

\* Mestre em História Social pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Doutoranda em História Social pela UFBA, bolsista CNPq. Email: [monermarinho@yahoo.com.br](mailto:monermarinho@yahoo.com.br).

esfera pública, no sentido moderno. A criação de uma associação, qual seja o seu objetivo, implica no surgimento de uma nova maneira de relacionamento entre determinada parcela da população, que passa a relacionar-se num grupo.

Em busca da compreensão dos elementos que resultam da constituição de tais grupos, as disciplinas sociais, em particular a História, tem dedicado sua atenção. O tratamento deste tema, pelos historiadores, foi favorecido a partir das modificações que afetaram a disciplina, no que diz respeito à ampliação das noções e conceitos utilizados, bem como dos próprios sujeitos envolvidos. Ressaltem-se as contribuições da Nova História Política e Nova História Cultural – e, aqui, o adjetivo realmente implica noutra qualificação –, as quais se fundamentando em questões já propostas pela História Social, como a preocupação com “os de baixo” e a utilização de novos conceitos e fontes, possibilitaram a abordagem do associativismo num viés histórico.

Assim, é possível estudar a “sociedade litteraria, recreativa e beneficente” do *Club Rio Contense*, localizada na cidade de Rio de Contas (BA), pensando em seus aspectos culturais, referentes às questões da sociabilidade – tanto em sua forma lúdica quanto como forma de distinção –, mas sem esquecer de que é também uma esfera política. Afinal, “no existe, [...], una cultura popular “real”, por una parte, y por la otra una vida política oficial, que flote a una altura superior” (AGULHON, 1994, p. 13). Ambas se cruzam e se interpenetram. E assim é a dinâmica da vida.

### **Sociabilidade, cultura política: noções e conceitos**

Segundo José D’Assunção Barros (2011, p. 52), para determinados termos em História é melhor utilizarmos a expressão “noção” em lugar de “conceito”, isto em virtude da ideia de elaboração progressiva do conhecimento que o termo suscita. Ao contrário, a utilização de “conceito” remete a imagens suficientemente elaboradas, ainda que alguns deles permitam grande margem de polissemismo. Assim, remeter-nos-emos à sociabilidade enquanto noção, diante da constante construção de seus sentidos.

O termo, oriundo da Sociologia, encontrou definição histórica com o historiador francês Maurice Agulhon, em 1966, em sua obra *La sociabilité méridionale (Confréries et associations dans la vie collective en Provence orientale à la fin du XVIIIe siècle)*. Este autor recorreu a obras de sociólogos clássicos, como Max Weber e

Georg Simmel, sem, entretanto, deixar de reconhecer o legado histórico de Jules Michelet, sobre quem afirma que “hemos observado en varias ocasiones hasta qué punto algunas curiosidades nuevas, o consideradas nuevas, de la historia de hoy ya figuraban en Michelet” (AGULHON, 2009, p. 30).

A definição de sociabilidade de Agulhon passou pela elaboração comentada por Barros. Ao longo de suas pesquisas a noção ampliou seus significados, à medida que desenvolvia seus estudos sobre a região da Provença. Segundo o historiador, por sua tendência à associação – os *cercles* – a região desenvolveu uma política que aspirava a democracia, o que considerou como um traço do “temperamento meridional”. Daí resultou a noção de “temperamento coletivo”, incorporada à história das mentalidades.

Ao reconstituir as origens do termo, Agulhon recorreu aos dicionários, a partir dos quais delimitou duas vertentes: uma mais geral, “en lo esencial, a definir lo que separa al hombre del animal”; e outra que “se refiere a la aptitud del individuo de frecuentar agradablemente a sus semejantes; en tal sentido, el hombre (o el niño) sociable es lo contrario del niño tímido, retraído, ‘salvaje’, misántropo” (AGULHON, 2009, p. 31). Diante da amplitude da primeira e estreiteza da segunda, os objetos da história encaixar-se-iam entre ambas as definições.

Lançando um olhar pela história, o autor percebeu que o uso da noção de sociabilidade era tão antigo quanto o próprio termo, uma vez que “desde el siglo XVII, aunque de manera más intuitiva, la aplicación del término a sólo algunas porciones de la humanidad” (AGULHON, 2009, p. 33). Assim, o emprego da palavra continha um traço da psicologia coletiva que a utilizava para definir determinadas regiões da humanidade – como quando caracterizou a Provença com um suposto “temperamento meridional”.

Da psicologia coletiva ao uso do historiador o passo foi natural, já que “siendo un rasgo reconocido de la psicología colectiva, la sociabilidad se halla en la historia humana, es decir que puede apreciarse de manera diferencial en el espacio y en el tiempo” (AGULHON, 2009, p. 33). A categoria ganhou, então, contorno histórico, ao poder ser aplicada a coletividades em tempo, espaço e escala social definidos. A noção de sociabilidade pode, então, ser definida como “a qualidade do homem sociável, daquele que busca a sociedade, que busca encontrar o outro, associar-se a ele” (MULLER, 2010, p. 36). Estuda-se, portanto, “[...] des formes et des espaces de

sociabilité où transparait, où apparait concrètement cette ‘aptitud’ des hommes à se mettre en relation dans des groupes plus ou moins stables, plus ou moins nombreux, plus ou moins formalisés” (GUEREÑA, 2008, p. 165, 166).

A associação voluntária segue o princípio de complexidade da vida social e, aí, a sociabilidade se desenvolve no sentido do estabelecimento de vínculos e relações sociais. Segundo Weber, o estar para o outro faz parte do conceito de relação social, que é a “situação em que duas ou mais pessoas estão empenhadas numa conduta onde cada qual leva em conta o comportamento da outra de uma maneira significativa, estando, portanto, orientada nestes termos” (WEBER, 2002, p. 45).

Simmel, outro sociólogo que escreveu, especificamente, sobre a sociabilidade, tratou da questão em termos parecidos, embora enfocasse a questão da sociação, que seria “a forma (realizada de incontáveis maneiras diferentes) pela qual os indivíduos se agrupam em unidades que satisfazem seus interesses” (SIMMEL, 1993, p. 166). Este autor entendia a sociabilidade como a forma lúdica da sociação, ou seja, “não tem propósitos objetivos nem conteúdo, nem resultados exteriores (...). Seu alvo não é nada além do sucesso do momento sociável e, quando muito, da lembrança dele” (SIMMEL, 1993, p. 170). Para ele,

além de seus conteúdos específicos, todas estas sociações também se caracterizam, precisamente, por um sentimento, entre seus membros, de estarem sociados, e pela satisfação derivada disso. (...) o ‘impulso de sociabilidade’ extrai das realidades da vida social o puro processo da sociação como um valor apreciado, e através disso constitui a sociabilidade no sentido estrito da palavra (SIMMEL, 1993, p. 168).

A dimensão lúdica, por um lado, atenua ou torna mesmo imperceptíveis os constrangimentos da vida material (BERNARDO, 2001, p. 20); por outro, pensar o social puro, a interação em si mesma, resulta num tipo ideal, “uma situação totalmente despida de algo que seja exterior a ela” (VELHO, 2002, p. 203). Neste sentido, o uso da noção da sociabilidade enquanto categoria histórica ajuda a evitar esta tipificação ideal, pois retoma a historicidade da situação.

Na elaboração da noção, Agulhon percebeu que a sociabilidade não se dava, apenas, na vida das associações, mas, também, em espaços informais. Devido a essa constante construção do conhecimento, o termo foi e é, por vezes, considerado vago e

polivalente. Inclusive, chegou a ser tratado como um tema menor, cujos temas não se centravam numa área específica. Diante disso, o autor considerou “um término nuevo, en definitiva, para designar las realidades clásicas que antes etiquetábamos como ‘vida cotidiana’, ‘civilización’ o ‘historia de las costumbres’” (AGULHON, 2009, p. 37).

A tendência em querer departamentalizar os campos de pesquisa da História, leva à separação dos objetos de estudo por áreas como se a dinâmica social não fosse mais complexa que este “engavetamento”. Neste sentido, poderíamos afirmar, que a noção de sociabilidade estaria melhor situada “au carrefour de l’anthropologie culturelle, de l’ethnologie de la vie quotidienne, de la sociologie des loisirs, et à saisis bien entendu dans le cadre de l’histoire sociale, politique et culturelle” (GUERREÑA, 2008, p. 165).

Pela indefinição da noção de sociabilidade e, até, certa superficialidade com que é utilizada, ela é, por vezes, incluída no rol das “miscelâneas” da história das mentalidades ou, mais recentemente, da Nova História Cultural, assim, sendo despida de qualquer repercussão política. No entanto, o próprio Agulhon não achava possível tal dissociação, uma vez que a política não “flutua” sozinha num nível superior, tendo sido ela a espinha dorsal de sua obra. Essa concepção de política está inserida nas propostas da Nova História Política, que se desenvolveu a partir da década de 1970. A revisão e renovação que se impôs ao campo possibilitaram a expansão de seus objetos e fontes, mas, principalmente, de seus conceitos. O diálogo interdisciplinar, bem como o aporte dos outros campos da História, foi, para isso, elemento fundamental. Assim, politizaram-se ações antes destituídas dessa dimensão e passou-se a se operacionalizar com noções como imaginário, cultura política e uma nova concepção de poder.

A maneira de olhar para as relações entre dominados e dominantes mudou. Acentuou-se uma “dinâmica política de alianças e oposições muito mais complexa e sofisticada”, uma vez que o poder não é mais “monopólio do dominante, existindo também no espaço dos dominados, o que não elimina a situação de desigualdade (muitas vezes radical) entre eles” (GOMES, 2005, p. 26).

No contexto de renovação da História Política e afirmação da História Cultural, surgiu no território do historiador, o conceito de cultura política, categoria que marca um entrecruzamento entre estes dois campos da História, com genealogia na Ciência Política. Segundo Serge Berstein,

é no quadro da investigação, pelos historiadores do político, da explicação dos comportamentos políticos no decorrer da história, que o fenómeno da cultura política surgiu como oferecendo uma resposta mais satisfatória do que qualquer das propostas até então, quer se tratasse da tese marxista de uma explicação determinista pela sociologia, da tese idealista pela adesão a uma doutrina política, ou de múltiplas teses avançadas pelos sociólogos do comportamento e mesmo pelos psicanalistas (BERSTEIN, 1998, p. 349).

Antes do seu uso pela historiografia, a Ciência Política já empregava esse conceito de carácter multidisciplinar. Este surgiu das combinações da Sociologia, Antropologia e Psicologia. Quando a Nova História Política começou a se interessar pelo conceito, dando-lhe uma leitura própria, na década de 1990, ele estava sendo utilizado pela Ciência Política, que o havia elaborado em 1963. A formulação inicial, elaborada por Almond e Verba (1963), conformava um modelo “comportamentalista”, no qual uma espécie de “escalas” de tipos de comportamento político determinaria a constituição de uma cidadania liberal-democrática, numa perspectiva “etapista”. Por esse motivo, o conceito foi duramente criticado, uma vez que demonstrava uma abordagem etnocêntrica e teleológica (GOMES, 2005, p. 28).

Originalmente, a cultura política foi definida como o “conjunto de atitudes, crenças e sentimentos que dão ordem e significado a um processo político, pondo em evidência as regras e pressupostos nos quais se baseia o comportamento de seus atores” (KUSCHINIR; CARNEIRO, 1999, p. 227). A apropriação pela História se deu após um diálogo com a Sociologia Política, a Ciência Política e a Antropologia e, por fim, com a História Cultural, sendo o conceito antropológico de cultura fundamental. Desta forma,

a categoria cultura política foi definida como “um sistema de representações, complexo e heterogêneo”, mas capaz de permitir a compreensão dos sentidos que um determinado grupo (cujo tamanho pode variar) atribui a uma dada realidade social, em determinado momento do tempo. Um conceito capaz de possibilitar a aproximação com uma certa visão de mundo, orientando as condutas dos atores sociais em um tempo mais longo, e redimensionando o acontecimento político para além da curta duração (GOMES, 2005, p. 31).

Neste sentido, estudar a cultura política é fazer uma leitura comum do passado, “é entender como uma certa interpretação do passado (e do futuro) é produzida e consolidada, integrando-se ao imaginário ou à memória coletiva de grupos sociais,

inclusive os nacionais” (GOMES, 2005, p. 33). Em que pese a coerência entre os elementos de uma cultura política, permitindo definir uma forma de identidade, é, também, reconhecer a pluralidade de culturas políticas, mesmo que em um dado momento uma seja dominante (BERSTEIN, 1998, p. 354).

As múltiplas culturas políticas não são imutáveis, elas surgem e transformam-se em virtude, dentre outras coisas, dos processos de socialização que garantem não só a sua difusão e integração, quanto proporcionam a variação das mesmas. Os canais de socialização política tradicional, segundo Berstein (1998), são: a família; a escola, o liceu, a universidade; os diversos grupos, onde os cidadãos são chamados a viver – e entra, aqui, as associações; o exército, que já atuou por um tempo; o ambiente de trabalho, por meio da sindicalização; os partidos políticos e a mídia. Todos esses vetores exercem influência variada e “por vezes contraditória, e é a composição de influências diversas que acaba por dar ao homem uma cultura política, a qual é mais uma resultante do que uma mensagem unívoca” (BERSTEIN, 1998, p. 357).

A partir de então, pode-se pensar a sociabilidade desenvolvida nas associações, também, como uma maneira de gestação de uma cultura política. Observar a associação no sentido dessa socialização, como apontado, nos mostra que a dinâmica relacional dos grupos implica tanto numa afirmação e legitimação de uma cultura política preexistente, quanto permite o seu questionamento e, inclusive, a forja de uma nova proposta, na medida em que permite a discussão da mesma.

Busca-se, portanto, compreender a sociabilidade das associações como espaço das práticas de discussão política – onde se pode agir com certa desenvoltura, favorecido pelo ambiente, que reúne pessoas que comungam de posição política semelhante – e de relacionamento entre pessoas de um grupo que afirmam e constroem ali uma identidade política e social. A partir disso é possível entender as motivações que levam cada membro a adotar determinados comportamentos políticos e, por conseguinte, as representações político-sociais de determinada sociedade.

A sociedade em questão é a de Rio de Contas, cidade localizada na região do alto sertão<sup>1</sup> da Bahia. Sobre ela, propõe-se discutir a sociabilidade do *Club Rio*

---

<sup>1</sup> A expressão utilizada por Erivaldo Fagundes Neves denomina por alto sertão o recôndito do interior; o autor referencia-se à sua “distância do litoral, talvez com os reforços da posição relativa ao curso do rio São Francisco e do relevo baiano, que ali projeta as maiores altitudes do Nordeste do Brasil” (NEVES,

*Contense*, associação fundada no início do século XX, buscando compreendê-la enquanto espaço de socialização e/ou contestação da cultura política e, por isso, local de representação do social e de construção/afirmação de hierarquias e identidades.

### **A sociabilidade do *Club Rio Contense***

O *Club Rio Contense* foi uma sociedade fundada em Rio de Contas (BA), em 14 de janeiro de 1902, sob a liderança do médico José Basílio Justiniano da Rocha<sup>2</sup> e tinha como propósitos educar, recrear e assistir. Antes mesmo desta data, um grupo de homens vinha se reunindo com vistas a estabelecer as bases para oficialização da entidade. Instalada, inicialmente, em prédio alugado, a associação contava com uma modesta biblioteca e salão para jogos e festas. A seção beneficente denominada Bolsa de Caridade estava em organização. Pelas atividades prestadas à coletividade, o *Club* foi reconhecido como de utilidade pública pela Lei Estadual nº. 1.830, sancionada pelo governador Francisco Marques de Góes Calmon, a 07 de agosto de 1925. Dentre os seus objetivos, destacam-se:

- 1º Fundar e manter uma biblioteca;
  - § 2º Criar aulas diurnas e noturnas;
  - § 3º Estabelecer sessões instrutivas;
  - § 4º Ter uma sala especial para jogos lícitos e outra para exercícios de esgrima e ginástica;
  - § 5º Organizar uma seção de beneficência denominada *Bolsa de Caridade*;
- (ESTATUTOS, 1902)

Os homens que fundaram essa associação, sem dúvida, ocupavam posição de destaque naquela sociedade. Fundada pela elite econômica, política e social da cidade – sendo o termo elite entendido, aqui, no sentido de uma minoria que dispõe “numa determinada sociedade e num dado momento, de prestígio, de privilégios resultantes de qualidades naturais, valorizadas socialmente (... a raça, o sangue, etc.) ou de qualidade adquiridas (cultura, méritos, aptidões, etc.)” (BUSINO, s/d, p. 6) – o clube funcionou

---

2008, p.28). Até 1931, este município foi chamado de Minas do Rio de Contas. Em virtude de este texto tratar, também, de um período subsequente, optou-se por referenciá-la apenas com sua denominação atual, a saber, Rio de Contas.

<sup>2</sup> Formado pela Faculdade de Medicina da Bahia, em 1898, exerceu sua atividade profissional em Rio de Contas, no início do século XX. Nesta cidade, foi também intendente e chegou a eleger-se por diversas vezes deputado estadual.

como um espaço de representação social, onde havia uma construção/afirmação de identidades e, ao mesmo tempo, uma diferenciação entre os não pares, o que é resultante deste processo.

O primeiro grupo que se reuniu para a iniciativa de criação da associação foi formado, exclusivamente, por homens. O primeiro estatuto, de 1902, não discutiu a questão da participação feminina, referindo-se, apenas, em seu artigo primeiro, como “a agremiação de todas as *peçoas* admitidas de acordo com os presentes Estatutos” (ESTATUTOS, 1902; *grifo nosso*); similarmente, o de 1919, afirmou ser constituído por “todos os *cidadãos* maiores de 18 annos que exercerem profissão lícita e tiverem idoneidade moral” (ESTATUTOS, 1919; *grifo nosso*). A indeterminação das palavras “*peçoas*” e “*cidadãos*” não necessariamente especifica se se tratava de homens e mulheres, ou apenas homens. O texto é explícito quanto à presença feminina apenas nos Estatutos de 1932, quando se define como uma instituição formada por “numero ilimitado de socios de um e outro sexo” (ESTATUTOS, 1932). Nesse momento, as mulheres já atuavam organizadamente na seção beneficente, Bolsa de Caridade, prestando, com sucesso, o auxílio caritativo.

A criação do clube, em 1902, marca uma transformação no modo de vida da população de Rio de Contas que, até aquele momento, vivia, ainda, uma sociabilidade de tipo privada e religiosa. A sede do município contava com três igrejas que, por meio de suas irmandades, realizavam as procissões e festas de seus santos de devoção.<sup>3</sup> Por outro lado, a sociabilidade laica e tradicional ocorria nos salões familiares ou saraus que reuniam público nas escadarias da igreja na praça principal.

A ideia inovadora do *Club Rio Contense*, uma forma de associativismo voluntário, fica patente nos modos de seleção de seus membros. Diferentemente, da festa religiosa – na qual a presença de todos era permitida, mesmo que se note hierarquias em sua organização – ou dos saraus familiares privados – onde era necessário ser um convidado – o clube proporcionava uma sociabilidade pública, mas, ao mesmo tempo exclusiva. Jeffrey Needell lista alguns pontos que indicam o caráter

---

<sup>3</sup> Eram elas: a Matriz do Santíssimo Sacramento; a Igreja de Nossa Senhora Santana; e a Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos, localizada anteriormente no Largo do Rosário. As igrejas mantinham irmandades em devoção aos seus respectivos santos. A Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos, construída em meados do século XVIII, desabou em 1914, devido às fortes chuvas do início do século XX. Há informações que com o desaparecimento da Igreja, a irmandade do Rosário também se dissolveu. cf.: PIRES (2003) e ALMEIDA (2012).

elitista deste tipo de instituição: “o tipo de atividade a que estas instituições se destinavam; o elevado custo de admissão, que servia de barreira econômica; e a exclusão social praticada ativamente em pelo menos alguns deles” (NEEDELL, 1993, p. 103).

Por tais características, o espaço de sociabilidade é, também, um símbolo de distinção, haja vista os critérios seletivos que empregava em seu processo de admissão e as exigências implícitas como, simplesmente, a necessidade de possuir tempo livre. Segundo Dalila Müller, a segregação temporal implica numa fronteira social de demarcação do espaço público que, para a elite, assume um sentido particular, podemos afirmar um sentido de diferenciação: enquanto a elite participa de espetáculos durante a semana, a plebe urbana só se reúne nos momentos de descanso, aos domingos e feriados (MÜLLER, 2010, p. 160).

Dentre os requisitos para se tornar sócio do *Club Rio Contense* estavam: saber ler e escrever, ter uma postura de moralidade e possuir recursos, já que deveriam contribuir com uma joia no momento da associação e uma prestação mensal.<sup>4</sup> É possível que houvesse certa flexibilidade em relação a tais critérios, haja a vista as dificuldades de alfabetização e variações econômicas naquela região, especialmente, no período abordado. Uma característica, por vezes exigida, mas de maneira implícita, já que não foi transcrita no estatuto, diz respeito à cor dos proponentes a sócios: os negros eram impedidos de entrar, não só como sócios, mas nem mesmo como convidados.

A associação foi fundada apenas quatorze anos após a abolição da escravidão. Rio de Contas, como a maioria das cidades brasileiras, foi organizada numa estrutura socioeconômica escravista, o que explica, em parte, a permanência do ranço racista. A

---

<sup>4</sup> Tornar-se sócio do *Club Rio Contense* implicaria em direitos e deveres delimitados. O sócio Efetivo deveria ser residente na cidade, apresentar proposta de sociedade à Presidência que seria levada à Diretoria podendo ser aprovada ou não; sua contribuição, em 1902, seria com uma joia no valor de 5 mil réis e prestação mensal de 2 mil réis. Qualquer cidadão residente no subúrbio da cidade poderia tornar-se sócio Contribuinte, cumprindo o mesmo processo de admissão do Efetivo e sua contribuição seria apenas com uma joia de 6 mil réis anuais. O título de sócio Benemérito seria dado àquele que oferecesse ao *Club* de uma só vez a quantia igual ou superior a 50 mil réis ou prestar ao mesmo serviços que por isso merecesse o título. Similarmente, o título de sócio Protetor seria oferecido a qualquer pessoa que não residindo na cidade ou subúrbio ofertasse uma quantia inferior àquela que dava direito à benemerência. Havia um ritual de assinatura e entrega dos diplomas de sócios, sendo que só os Efetivos podiam votar e serem votados. Os valores eram atualizados sem perder a distinção entre os sócios. Ver: Estatutos de 1902.

criação do *Club* e o signo de distinção que ele referenciava, pode estar ligado, também, à tentativa de estabelecimento de novas formas de distinção como manutenção das hierarquias e da antiga ordem social, próprias do momento da desestabilização do mundo escravista (Cf. ALBUQUERQUE, 2009).

Até pelo menos a década de 1950, a separação entre “brancos-ricos” e os “pretos-pobres” diferenciava a população de Rio de Contas, segundo o antropólogo Marvin Harris (1956). A segmentação entre negros e brancos era visível na frequência deles em clubes sociais diferentes. Dessa forma, enquanto os brancos frequentavam o *Club Rio Contense*, os negros, por sua vez, reuniam-se na *Associação dos Artífices Riocontenses*, pejorativamente conhecida por “Congo”. Esta última associação foi criada em 1948, para que os “pobres” pudessem também festejar e teve, em parte, como modelo de organização o clube dos “brancos”.

O grupo que constituía o *Club Rio Contense*, em especial, aqueles que ocuparam cargos da diretoria – o que lhes garantiam uma influência maior sobre a tomada de decisões dentro da associação – fazia parte da elite rio-contense, esta definida numa caracterização mais fluida que não se restringia apenas aos indivíduos que tiveram uma ocupação política, mas, ao contrário, numa “definição mais ampla de poder – poder derivado da riqueza, ocupação e *status* social reconhecido, bem como da posição política e, mais comumente, poder derivado de uma combinação de todos estes fatores” (NEEDELL, 1993, p. 275).

Esses homens – e, posteriormente, mulheres – relacionavam-se, também, noutros ambientes sociais da cidade, nas sociabilidades tradicionais, como afirmado. Alguns deles entraram em relação nas reuniões maçônicas, como os testemunhos orais nos indicam. A afirmação faz sentido, uma vez que justifica as preocupações filantrópicas da instituição que são coerentes com o ideal maçônico da virada do século XIX, o qual propunha o aperfeiçoamento intelectual e moral da humanidade. A própria Bolsa de Caridade, similar ao Tronco de Solidariedade, bolsa de coleta que circula nas reuniões maçônicas, é o exemplo mais evidente. Assim, mais uma vez ressalta-se o caráter elitista dessa associação, já que, no início do século XX, as ações filantrópicas

eram consideradas assunto dos ricos,<sup>5</sup> e a própria maçonaria agregava pessoas mais progressistas e intelectualizadas.

Ao traçar um perfil prosopográfico dos sócios-fundadores do *Club Rio Contense*, percebemos que a maior parte assumiu funções ligadas à máquina jurídico-administrativa pública local. O cargo público era um sinal de distinção dentro daquela sociedade e, muitos deles, alcançaram visibilidade ainda maior ao exercerem funções na política. Desse grupo, pelo menos dois cidadãos, José Basílio Rocha e Carlos Souto, tornaram-se, por diversas vezes intendentess municipais. O primeiro deles chegou ainda mais longe ao eleger-se deputado estadual, alcançando, assim, expressão estadual.<sup>6</sup> No geral, percebe-se uma repetição dos mesmos nomes na assunção dos cargos públicos, o que, mais uma vez, confirma o lugar privilegiado destes senhores dentro da sociedade rio-contense e a existência de uma convivência entre eles que era reafirmada nos espaços de sociabilidade, especificamente, no *Club Rio Contense*.

Assim, o clube era o local onde estes homens podiam compartilhar vínculos e, com isso, construir e afirmar uma identidade enquanto grupo. Além do que era neste espaço que alianças sociais – os sócios mantinham relações de parentesco próximas – e políticas podiam ser construídas e discutidas. A análise prosopográfica nos mostrou que, o casamento, por vezes, ocorria entre os membros do *Club*: dentre os fundadores, por exemplo, o senhor Carlos Souto era casado com Maria Carmem Gomes da Rocha, irmã do Basílio da Rocha. Posteriormente, outros membros familiares foram agregados, mantendo esta estreita ligação de família. Pode-se afirmar que este espaço de sociabilidade significava uma forma de reprodução social da elite.

Politicamente falando, a sociabilidade do *Club Rio Contense*, também, ajudava a reproduzir a elite dirigente, uma vez que funcionava como um canal de socialização da cultura política local. Em suas práticas filantrópicas, dando atenção aos desvalidos – atividade da Bolsa de Caridade, que era exercida, principalmente, pelas mulheres, mas não exclusivamente, por vezes os membros da diretoria arrogavam-se esta tarefa – os

---

<sup>5</sup> Ao analisar o patrocínio privado à ciência no Brasil, especificamente o mecenato e a filantropia de Guilherme Guinle, no Rio de Janeiro, entre 1920 e 1940, Gisele Sanglard observa que, na virada do século XIX para o XX, a prática da filantropia ou o socorro para os desvalidos foi assunto dos “ricos” e fazia parte da cultura de elite, cabendo a este segmento social a missão de minimizar as mazelas da sociedade (SANGLARD, 2005).

<sup>6</sup> O médico José Basílio eleger-se, consecutivamente, da 10<sup>a</sup> à 14<sup>a</sup> legislatura, ou seja, ocupou a Assembleia Legislativa de 1909 a 1918.

políticos, ou interessados a tornar-se um, que frequentavam o *Club*, reproduziam um modelo de assistência, com o reforço de posições clientelistas, comum ao sistema político que vigorou na Primeira República e ressoou por muitos anos no Brasil.

Assim, o discurso do *Club Rio Contense*, que se dedicava a assistir aos necessitados<sup>7</sup> e melhorar a educação a partir da leitura com a ampliação da biblioteca, se, por um lado, parecia progressista – ideal em voga no início do século XX –, por outro, contribuía para acentuar a postura política da dependência, baseada em vínculos de gratidão. Podemos nos questionar se o esclarecimento que a leitura traria seria estendido à toda população ou somente aos membros dessa elite. O mais provável é que tenha sido, apenas, para estes últimos, uma vez que o clube parece ter sido um espaço de reafirmação das identidades sociais e de hierarquias e não de questionamento a elas.

Mais uma vez, recorrendo à prosopografia, obtivemos informações sobre a profissão de vinte e dois dos trinta sócios-fundadores. Deles, nove eram negociantes e outros sete, mesmo que indiretamente, estavam envolvidos com o comércio: ferreiro, banqueiro, ourives, artista – leia-se, artesão –, alfaiate e tipógrafo. Os outros eram profissionais liberais, dentre eles, um médico clínico, dois advogados, sendo um deles provisionado, um telegrafista e um juiz de direito. Consta-se apenas um que demonstrava ligação com a terra, cuja profissão declarada era a de lavrador – por esta denominação entendemos proprietário de terra, e não trabalhador rural, haja vista todos os elementos que, como afirmamos, caracterizam esse grupo como elite.

Destacaremos aqueles que atuaram como profissionais liberais, em particular, o médico e os advogados. As duas profissões formaram um tipo social, que desde o Império, impunha prestígio a quem a exercesse, era como se o anel de bacharel trouxesse uma superioridade quase que sobrenatural. Em geral, esses bacharéis provinham de estratos sociais superiores da sociedade, o que, também, confirmava essa ascendência. Na relação de gratidão, o médico, principalmente, exercia uma precedência entre os cidadãos – leia-se eleitores – em virtude, de sua atividade estar ligada diretamente à minimização do sofrimento físico dos necessitados e poder, por isso,

---

<sup>7</sup> Dentre os deveres da Bolsa de Caridade, estavam: socorrer aos enfermos necessitados; auxiliar as crianças pobres na frequência das escolas; facilitar os meios às pessoas pobres para poderem se casar civilmente; e enterrar os pobres. cf. Estatutos do *Club Rio Contense*.

manter uma relação mais pessoalizada. Por isso talvez, que o doutor José Basílio tenha sido eleito tantas vezes – sem falar, é claro, de suas boas relações na esfera política.

Outro ponto que confirma que o *Club Rio Contense* ajudava a socializar a cultura política, então em voga, do coronelismo está no fato de que, pelo menos dezenove dos sócios-fundadores possuíam patente militar. As insígnias eram as de coronel, tenente-coronel, tenente, major e capitão, provavelmente concedidas ainda no Império, quando os liberais moderados passaram a arregimentar milicianos para a segurança nacional, criando, assim, a Guarda Nacional.<sup>8</sup> A posse desses títulos demonstra de certa forma a amplitude do poder que esses homens exerceram nesta cidade.

A sociabilidade do *Club* talvez não fosse tão necessária para a eleição desses nomes, mas para a manutenção de certa coerência da proposta política para a sociedade. A localização da cidade, numa região distante da capital, que sofria com a brutalidade das secas, impunha demandas sociais específicas. A própria concepção de riqueza deve ser relativizada, pois segundo Harris, as variações de riqueza eram consideráveis, indo do zero literal a grandes fortunas. Porém “the rich people of Minas Velhas [Rio de Contas] are simply middle class when it comes to comparing them with the rich men of the nation, but in terms of the local economy their wealth is almost as considerable as that of a millionaire in Rio de Janeiro” (HARRIS, 1956, p. 108-109).

Entender essa variação de riqueza é importante, na medida em que ela explica como um simples ferreiro ou alfaiate podia tomar parte da mesma mesa diretora que um banqueiro ou juiz de direito. Como afirmado, a elite é composta por minoria que dispõe de qualidades naturais e/ou adquiridas. E, por outro lado, não foi negado ter existido no interior mesmo dessa associação relações hierarquizadas que denotam as relações de

---

<sup>8</sup> A Guarda Nacional foi criada pelos políticos liberais durante a Regência por parecer mais confiável que o exército, cujos militares haviam participado intensamente da política na primeira década do Império, além de estarem envolvidos nas rebeliões que precederam a independência política. Em seu lugar, os súditos considerados cidadãos ativos, ou seja, os que tinham condições financeiras para votar e serem votados, passariam a ser assegurar a segurança nacional, serviço para o qual não seriam remunerados e empregariam seus próprios recursos, em troca de favores, honras e mercês. Isso levou à militarização da sociedade local e o surgimento da poderosa figura dos coronéis. Ver: CARVALHO (2012) e SALDANHA (2008).

poder, o que nos leva a pensar numa situação de diferenciação dentro de um ambiente que é formado com base no princípio da exclusão.

### **Considerações finais**

A sociabilidade do *Club Rio Contense*, provavelmente, favoreceu o desenvolvimento de uma cultura política específica da elite local. Fazer parte desta associação, por tudo que foi visto até aqui, sem dúvida era um símbolo de distinção. Até meados do século XX, poucos sabiam ler e escrever e, mesmo nos dias de hoje, a arte da retórica é apreciada. Desta forma, se para ser um associado era requisitado a habilidade da leitura e escrita, o simples fato de frequentar o clube já conferia *status*, daí ter sido um espaço de ostentação.

Nesse sentido, cabe, aqui, a ideia de “hegemonia cultural” de que o poder é exercido pelas classes dominantes não apenas pela força direta ou ameaça dela, mas porque suas ideias passam a ser aceitas (BURKE, 2005, p. 38). Não só os sócios ostentavam sua deferência, mas as pessoas ratificavam essa distinção, com gestos de subserviência seja para legitimá-la, seja como estratégia para conseguir os auxílios que poderiam lhes ser ofertados. Pode ser por isso que determinados sistemas políticos tenham durado tanto, ou melhor, determinadas culturas políticas tenham sido dominantes e resistido ao avanço de outras que tentavam desafiá-la. Num resumo esquemático, Gomes diz:

[As culturas políticas] têm formas pelas quais se manifestam e se evidenciam mais frequentemente: um projeto de sociedade, de Estado ou uma leitura compartilhada de um passado comum, por exemplo. Têm igualmente algumas instituições-chaves – como família, partido, sindicatos, igrejas, escolas, etc. –, fundamentais para sua transmissão e recepção. Por outro lado, culturas políticas exercem papel fundamental na legitimação de regimes, sendo seus usos extremamente eficientes. Em todos os casos, as culturas políticas articulam, de maneira mais ou menos tensa, ideias, valores, crenças, símbolos, ritos, mitos, ideologias, vocabulário, etc. (GOMES, 2005, p. 32).

O *Club Rio Contense* contribuiu para, por meio da sociabilidade, disseminar uma cultura política que pareceu sempre estar de acordo com o sistema político nacional vigente. Essa adequação indica que este foi um requisito necessário para que a mesma

elite pudesse se reproduzir dentro da sociedade rio-contense, o que por outro lado, nos sugere que houve pouca mudança quanto à composição do seu quadro social, o que só foi observado em fins da década de 1970.

Nas três últimas décadas do século XX, percebe-se uma mudança nas formas de sociabilidade no plano nacional, na qual o clube social deixava de ser o eixo integrador das famílias. Na sociedade individualizada que emergiu, o convívio coletivo na associação deixou de ter sentido para o entretenimento, que encontrou outros espaços para se desenvolver. Essa situação atingiu o *Club Rio Contense* e a nova dinâmica que se impôs alterou sua feição original, tanto em termos de associados quanto das atividades desenvolvidas – a recreação ganhou mais relevo, em detrimento da beneficência e leitura.

Provavelmente, uma nova cultura – e não só política – passava a ser forjada naquela cidade, uma vez que se alteravam os códigos de percepção e leitura do grupo. Estava na hora de novos atores entrarem em cena...

### Referências Bibliográficas

AGULHON, Maurice. *La sociabilité méridionale*. Confréries et associations dans la vie collective en Provence orientale à la fin du XVIIIe siècle. Aix-en-Provence: 1966.

\_\_\_\_\_. *Historia Vagabunda*. Etnología y Política en la Francia Contemporánea. México: Instituto Mora, 1994.

\_\_\_\_\_. *El círculo burgués: la sociabilidad en Francia, 1810-1848*. Buenos Aires: Siglo Veintiuno, 2009.

ALBUQUERQUE, Wlamyra R. de. *O jogo da dissimulação: abolição e cidadania negra no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

ALMEIDA, Kátia Lorena N. *Alforrias em Rio de Contas – Bahia*. Século XIX. Salvador: Edufba, 2012.

ALMOND, G.; VERBA, S. *The civic culture*. Princeton: Princeton University Press, 1963.

- BARROS, José D'Assunção. A Nova História Cultural – considerações sobre o seu universo conceitual e seus diálogos com outros campos históricos. *Cadernos de História*, Belo Horizonte, v.12, n. 16, pp. 38-63, 1º sem. 2011.
- BERNARDO, Maria Ana. *Sociabilidade e Distinção em Évora no século XIX*. O Círculo Eborense. Lisboa: Cosmos, 2001.
- BERSTEIN, Serge. A cultura política. In: RIOUX, Jean-Pierre; SIRINELLI, Jean-François (dir.). *Para uma história cultural*. Lisboa: Estampa, 1998.
- BURKE, Peter. *O que é história cultural?* Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.
- BUSINO, Giovanni. *Elites e elitismos*. Porto: Rés-Editora, s/d.
- CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem: a elite política imperial/ Teatro das sombras: a política imperial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.
- ESTATUTOS do Club Rio Contense, anos 1902, 1919 e 1932.
- GOMES, Ângela de Castro. História, historiografia e cultura política no Brasil. In: SOIHET, Rachel; BICALHO, Maria Fernanda B.; GOUVÊA, Maria de Fátima S. *Culturas políticas: ensaios de história cultural, história política e ensino de história*. Rio de Janeiro: Mauad, 2005.
- GUEREÑA, Jean-Louis. Un essai empirique qui devient un projet raisonné. Maurice Agulhon et l'histoire de la sociabilité. *Studia Histórica, Historia Contemporánea*, Salamanca: Edições Universidad de Salamanca, 26, 2008.
- HARRIS, Marvin. *Town and Country in Brazil*. New York: Columbia University Press, 1956.
- KUSCHINIR, Karina; CARNEIRO, Leandro Piquet. As dimensões subjetivas da Política. *Cultura Política e Antropologia da Política. Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 13, n. 24, pp. 227-250, 1999.
- MÜLLER, Dalila. *Feliz a população que tantas diversões e comodidade goza: espaços de sociabilidade em Pelotas (1840-1870)*. 338f. Tese (Doutorado em História) – Universidade do Vale do Rio Sinos, São Leopoldo, 2010.
- NEDELL, Jeffrey. *Belle Époque Tropical: sociedade e cultura de elite no Rio de Janeiro na virada do século*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.
- SALDANHA, Flávio Henrique Dias. *O império da ordem: Guarda Nacional, coronéis e burocratas em Minas Gerais na segunda metade do século XIX, 1850-1873*. 2008. 192f. Tese (Doutorado em História) – UNESP, Franca, 2008.

SANGLARD, Gisele Porto. *Entre os salões e o laboratório: Filantropia, mecenato e práticas científicas – Rio de Janeiro, 1920-1940*. 2005. 261f. Tese (Doutorado em História das Ciências da Saúde) – FIOCRUZ/ Casa de Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2005.

SIMMEL, Georg. Sociabilidade – um exemplo de sociologia pura ou formal. In: MORAES FILHO, Evaristo de (org.). *Georg Simmel*. São Paulo: Ática, 1993.

NEVES, Erivaldo Fagundes. *Uma comunidade sertaneja: da sesmaria ao minifúndio (um estudo de história local e regional)*. 2ª ed. rev. e ampl. Salvador: EDUFBA; Feira de Santana: UEFS, 2008.

PIRES, Maria de Fátima Novaes. *O crime na cor: escravos e forros no alto sertão da Bahia (1830-1888)*. São Paulo: Annablume/FAPESP, 2003.

VELHO, Gilberto. Entrevista com Gilberto Velho. Concedida em 3 de julho de 2001 a Celso Castro, Lucia Lippi Oliveira e Marieta de Moraes Ferreira. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n.º 28, p. 183-210, 2002.

WEBER, Max. *Conceitos básicos de sociologia*. São Paulo: Centauro, 2002.

Recebido em 20 de Fevereiro 2014/

Aprovado em 21 de Junho 2014.